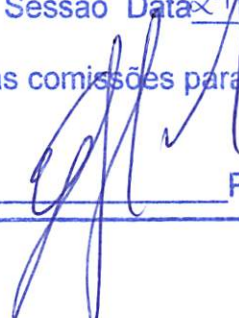




*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**SENHOR PRESIDENTE;  
SENHORES VEREADORES:**

24 .ª Sessão Data 29/08/2017
As doudas comissões para parecer.

Presidente

**JUSTIFICATIVA**

A prática regular de exercícios físicos acompanha-se de benefícios que se manifestam sob todos os aspectos do organismo

Com relação à saúde física, observamos perda de peso e da porcentagem de gordura corporal, redução da pressão arterial em repouso, melhora do diabetes, diminuição do colesterol total e aumento do HDL-colesterol (o "colesterol bom"). Todos esses benefícios auxiliam na prevenção e no controle de doenças, sendo importantes para a redução da mortalidade associada a elas. Veja, a pessoa que deixa de ser sedentária e passa a ser um pouco mais ativa diminui o risco de morte por doenças do coração em 40%! Isso mostra que uma pequena mudança nos hábitos de vida é capaz de provocar uma grande melhora na saúde e na qualidade de vida.

Já no campo da saúde mental, a prática de exercícios ajuda na regulação das substâncias relacionadas ao sistema nervoso, melhora o fluxo de sangue para o cérebro, ajuda na capacidade de lidar com problemas e com o estresse. Além disso, auxilia também na manutenção da abstinência de drogas e na recuperação da auto-estima. Há redução da ansiedade e do estresse, ajudando no tratamento da depressão.

A atividade física pode também exercer efeitos no convívio social do indivíduo, tanto no ambiente de trabalho quanto no familiar.

Vale ressaltar que este vereador foi procurado por munícipes, onde relataram a vontade de praticar atividades físicas em academias de ginásticas, mas devido os horários de trabalhos e demais compromissos não conseguiam realizar tal atividade, devido as academias funcionarem no máximo até as 23h.



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

Em conversa com proprietários desses estabelecimentos, os mesmos informaram que existe uma grande procura de alunos que gostariam de realizar seus treinos nas madrugadas, mas devido a legislação da cidade não permitir que academias de ginásticas funcionem 24h por dia, tal feito ficaria inviabilizado.

Diante do exposto, é que venho submeter à apreciação dos nobres Pares o seguinte:

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º**

022 /17

**Altera a redação do inciso II do § único do artigo 139 da Lei Complementar n.º 574, de 17 de novembro de 2010.**

**Artigo 1.º - O inciso II do § único do artigo 139 da Lei Complementar n.º 574, de 17 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:**

*"Artigo 139 – Fica instituído para abertura e fechamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e outros, o seguinte horário.*

*Parágrafo único – Poderão funcionar sem limitação de tempo:*

<i>29.ª Sessão Data 12/04/2017</i>	<i>30.ª Sessão Data 19/05/2017</i>
<i>Encaminhamento APROVADO Em</i>	<i>Encaminhamento APROVADO Em</i>
<i>PRIMEIRA DISCUSSÃO</i>	<i>SEGUNDA DISCUSSÃO</i>
<i>Presidente</i>	<i>Presidente</i>



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a publicação desta Lei Complementar, correrão pelas despesas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Artigo 4.º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 29 de agosto de 2017.

**Carlos Eduardo Barbosa**

Vereador



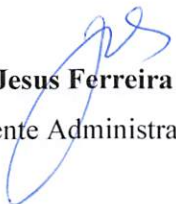
FOLHA DE INFORMAÇÃO

**PROCESSO Nº 142/17**

Sr. Presidente,


Abro o presente processo, composto de 03 fls. referentes ao  
**Projeto de Lei Complementar nº 022/17** e uma folha de informação.

Praia Grande, 30 de agosto de 2017.

  
**José de Jesus Ferreira Gonçalves**  
Agente Administrativo

A Assessoria jurídica, para manifestação.

Praia Grande, 30 de agosto de 2017.

  
**José de Jesus Ferreira Gonçalves**  
Agente Administrativo



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

**DIRETORIA LEGISLATIVA:**

Trata o presente processo de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Vereador CARLOS EDUARDO BARBOSA, assim ementado: **Altera a redação do inciso II do § único do artigo 139 da Lei Complementar n.º 574, de 17 de novembro de 2010.**

O projeto encontra-se no âmbito de competência concorrente do Poder Legislativo, por se tratar de disciplina de horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

Apesar de a Lei Complementar alterada se referir ao Código Tributário Municipal, que por força de lei deve ser iniciado pelo Chefe do Executivo, fato é que a intenção do Nobre Edil é apenas alterar o horário de funcionamento das academias de ginástica.

Sabendo-se que inúmeras franquias publicamente reconhecidas que administram academias estão se instalando na Cidade, e fornecem esse de serviço durante as madrugadas, o que traz geração de emprego e também contribui para o turismo.

Por isso não há espaço para se alegar falta de iniciativa do parlamentar sobre essa matéria.

Sobre o assunto em questão, o STF sempre reafirma que, na verdade, "as hipóteses de limitação de iniciativa parlamentar estão previstas em *numerus clausus* no art. 61 da Constituição do Brasil - matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo.

Os tribunais do país tem decidido dessa mesma forma, conforme segue o aresto:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI DO MUNICÍPIO DE INHAPIM - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS - LEI ORIUNDA DE PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL - ALEGAÇÃO DE INGERÊNCIA DO LEGISLATIVO EM MATÉRIA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO - MATÉRIA NÃO INCLUSA NO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA - REPRESENTAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

Compete ao Município, nos termos das Súmulas 419 e 645 do Supremo Tribunal Federal, fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais. As hipóteses de competência privativa do Chefe do Poder Executivo configuram um rol taxativo, sendo, portanto, *numerus clausus*, não comportando a ampliação de sua

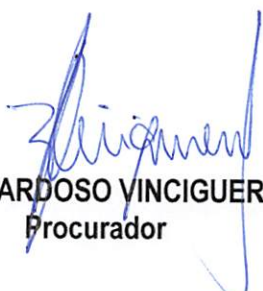


**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

atividade legislativa. Verificando-se que a fixação de horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais não se encontra prevista no rol taxativo do art. 66, III, da Constituição do Estado de Minas Gerais, o processo legislativo para alterar estes horários poderia ter sido deflagrado tanto pela Câmara Municipal, quanto pelo Alcaide."(TJMG ADI Nº 1.0000.14.061459-5/000, Rel. Des.(a) Vanessa Verdolim Hudson Andrade, ÓRGÃO ESPECIAL, Pub. 17/04/2015).

Desse modo, esta Procuradoria Jurídica é de parecer favorável à apreciação da matéria, uma vez que não sofre restrições de ordem legal para submissão ao Plenário.

Praia Grande, 31/08/2017.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Procurador

**SENHOR PRESIDENTE:**

Para a elevada deliberação da Douta Comissão de Justiça e Redação, e de Finanças e Orçamento.

Praia Grande, 31/08/2017.

**JOSÉ DE JESUS FERREIRA GONÇALVES**  
Agente Administrativo



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 142/17  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 022/17  
AUTOR: CARLOS EDUARDO BARBOSA  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO e de FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Relator: Vereador EDUARDO RODRIGUES XAVIER  
PARECER CONJUNTO

Senhor Presidente:

Às quinze e trinta horas do dia 05 de setembro de dois mil e dezessete, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes das duntas Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata o presente processo de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Vereador CARLOS EDUARDO BARBOSA, assim ementado: **Altera a redação do inciso II do § único do artigo 139 da Lei Complementar n.º 574, de 17 de novembro de 2010.**

O projeto encontra-se no âmbito de competência concorrente do Poder Legislativo, por se tratar de disciplina de horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

Apesar de a Lei Complementar alterada se referir ao Código Tributário Municipal, que por força de lei deve ser iniciado pelo Chefe do Executivo, fato é que a intenção do Nobre Edil é apenas alterar o horário de funcionamento das academias de ginástica.

Sabendo-se que inúmeras franquias publicamente reconhecidas que administram academias estão se instalando na Cidade, e fornecem esse de serviço durante as madrugadas, o que traz geração de emprego e também contribui para o turismo.

Por isso não há espaço para se alegar falta de iniciativa do parlamentar sobre essa matéria.

Sobre o assunto em questão, o STF sempre reafirma que, na verdade, "as hipóteses de limitação de iniciativa parlamentar estão previstas em *numerus clausus* no art. 61 da Constituição do Brasil - matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo.

Os tribunais do país tem decidido dessa mesma forma, conforme segue o aresto:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI DO  
MUNICÍPIO DE INHAPIM - HORÁRIO DE**

FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS  
COMERCIAIS - LEI ORIUNDA DE PROJETO DE LEI DE  
INICIATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL - ALEGAÇÃO DE  
INGERÊNCIA DO LEGISLATIVO EM MATÉRIA  
PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO - MATÉRIA NÃO  
INCLUSA NO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA  
PRIVATIVA - REPRESENTAÇÃO JULGADA  
IMPROCEDENTE.

Compete ao Município, nos termos das Súmulas 419 e 645 do Supremo Tribunal Federal, fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais. As hipóteses de competência privativa do Chefe do Poder Executivo configuram um rol taxativo, sendo, portanto, *numerus clausus*, não comportando a ampliação de sua atividade legislativa. Verificando-se que a fixação de horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais não se encontra prevista no rol taxativo do art. 66, III, da Constituição do Estado de Minas Gerais, o processo legislativo para alterar estes horários poderia ter sido deflagrado tanto pela Câmara Municipal, quanto pelo Alcaide."(TJMG ADI Nº 1.0000.14.061459-5/000, Rel. Des.(a) Vanessa Verdolim Hudson Andrade, ÓRGÃO ESPECIAL, Pub. 17/04/2015).

Considerando que do ponto de vista legal e formal, a proposta não sofre quaisquer restrições, esta Comissão analisante é de parecer favorável à submissão do mesmo à deliberação colegiada.

QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA.



MARCELINO SANTOS GOMES



SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA



TATIANA TOSCHI MENDES



EDUARDO RODRIGUES XAVIER



ROBERTO ANDRADE E SILVA



LEANDRO RODRIGUES CRUZ





# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : Projeto de Lei Complementar nº 022/17**

**Autoria : Carlos Eduardo Barbosa**

**Ementa : Altera a redação do inciso II do parágrafo único do artigo 139 da Lei Complementar nº 574, de 17 de novembro de 2010.**

**Reunião : 29ª Sessão Ordinária**  
**Data : 12/09/2017 - 12:21:04 às 12:21:50**  
**Tipo : Nominal**  
**Turno : 1ª Votação**  
**Quorum : Maioria Absoluta**  
**Condição : 10 votos Sim**  
**Total de Presentes : 19 Parlamentares**

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ALEXANDRE CORREA COMIN	PTB	Sim	12:21:11
2	CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	Sim	12:21:09
3	DIMAS ANTONIO GONÇALVES	PEN	Sim	12:21:33
4	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Não Votou	
5	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PMDB	Sim	12:21:12
6	EDUARDO RODRIGUES XAVIER	PMDB	Sim	12:21:11
7	HUGULINO ALVES RIBEIRO	PMDB	Sim	12:21:11
8	ISAIAS MOISES DOS SANTOS	PTB	Sim	12:21:16
9	JANAINA BALLARIS	PT	Sim	12:21:38
10	JOÃO ALVES CORREA NETO	PSC	Sim	12:21:13
11	LEANDRO RODRIGUES CRUZ	PSB	Sim	12:21:09
12	MARCELINO SANTOS GOMES	PMDB	Sim	12:21:10
13	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Sim	12:21:09
14	NATANAEL VIEIRA DE OLIVEIRA	PRP	Sim	12:21:12
15	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	12:21:11
16	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Sim	12:21:11
17	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PSD	Sim	12:21:09
18	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSDB	Sim	12:21:13
19	TATIANA TOSCHI MENDES	PMDB	Sim	12:21:13

**Totais da Votação :**

<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
<b>18</b>	<b>0</b>
<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>

**TOTAL**  
**18**

**Resultado da Votação : APROVADO**

**Mesa Diretora da Reunião :**

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : Projeto de Lei Complementar nº 022/17 2ª votação**  
**Autoria : Carlos Eduardo Barbosa**

**Ementa : Altera a redação do inciso II do parágrafo único do artigo 139 da Lei Complementar nº 574, de 17 de novembro de 2010.**

**Reunião : 30ª Sessão Ordinária**  
**Data : 19/09/2017 - 11:47:08 às 11:47:40**  
**Tipo : Nominal**  
**Turno : 2ª Votação**  
**Quorum : Maioria Absoluta**  
**Condição : 10 votos Sim**  
**Total de Presentes : 19 Parlamentares**

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ALEXANDRE CORREA COMIN	PTB	Sim	11:47:14
2	CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	Sim	11:47:24
3	DIMAS ANTONIO GONÇALVES	PEN	Sim	11:47:14
4	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Não Votou	
5	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PMDB	Sim	11:47:16
6	EDUARDO RODRIGUES XAVIER	PMDB	Sim	11:47:18
7	HUGULINO ALVES RIBEIRO	PMDB	Sim	11:47:13
8	ISAIAS MOISES DOS SANTOS	PTB	Sim	11:47:31
9	JANAINA BALLARIS	PT	Não Votou	
10	JOÃO ALVES CORREA NETO	PSC	Sim	11:47:16
11	LEANDRO RODRIGUES CRUZ	PSB	Sim	11:47:13
12	MARCELINO SANTOS GOMES	PMDB	Sim	11:47:16
13	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Não Votou	
14	NATANAEL VIEIRA DE OLIVEIRA	PRP	Sim	11:47:19
15	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	11:47:14
16	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Sim	11:47:14
17	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PSD	Sim	11:47:15
18	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSDB	Sim	11:47:17
19	TATIANA TOSCHI MENDES	PMDB	Sim	11:47:21

<b>Totais da Votação :</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>TOTAL</b>
	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>16</b>
	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>	

**Resultado da Votação :**

**APROVADO**

**Mesa Diretora da Reunião :**

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
Est. de São Paulo

**AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21/2017**

**Altera a redação do inciso II do § único do artigo 139 da Lei Complementar n.º 574, de 17 de novembro de 2010.**

*A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE APROVA:*

**Art. 1º** - O inciso II do § único do artigo 139 da Lei Complementar n.º 574, de 17 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

***II** – As academias de ginástica, os hotéis, motéis, pensões e similares.*

**Artigo 2º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, correrão pelas despesas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

**Artigo 3º** - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE  
Em 19 de setembro de 2.017

EDNALDO DOS SANTOS PASSOS  
Presidente

PAULO EMÍLIO DE OLIVEIRA  
1º Secretário

JANAINA BALLARIS  
2º Secretário

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE  
Em 19 de setembro de 2.017

FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA  
Procurador





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

Praia Grande, 19 de setembro de 2017.

**OFÍCIO GPC-L Nº 179/17**

Senhor Prefeito,

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Autografo de Le Complementar nº 21/2017 relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 22/2017, de autoria do Vereador Carlos Eduardo Barbosa, e que **“Altera a redação do inciso II do § único do artigo 139 da Lei Complementar n.º 574, de 17 de novembro de 2010.”**, aprovado em Segunda Discussão, por ocasião da Trigésima Sessão Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura, realizada nesta data.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**EDNALDO DOS SANTOS PASSOS**  
Presidente

**Excelentíssimo Senhor**  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
**Prefeito de Praia Grande**  
**PRAIA GRANDE - SP**



**Márcio Caruccio Lamas**  
**RF. 32.299**